



Foi notícia no Agrupamento de Escolas de Sertã

Concelho da Sertã assinala o 30º aniversário da Convenção dos Direitos da Criança

No 30º aniversário da Convenção dos Direitos da Criança, numa organização conjunta da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), do Município da Sertã, do Agrupamento de Escolas da Sertã e do Projeto Bússola, realizou-se, de 18 a 22 de novembro, a Semana dos Direitos da Criança. Esta grande jornada contemplou diversas atividades como o “Estendal dos Direitos da Criança”, o “Dia do Pijama” e um painel-debate com individualidades ligadas à promoção dos direitos das crianças e dos jovens, convidados e comunidade educativa.

Ilda Bicacro
Presidente da CPCJ da Sertã

Durante a semana de 18 a 22 de novembro, esteve exposto na Carvalha o “Estendal dos Direitos da Criança”, composto por peças de vestuário decoradas pelas crianças dos jardins de infância e do 1º ciclo das escolas públicas e das IPSS e ainda do agrupamento de escuteiros da Sertã. Numa dinâmica em que foi preciosa a colaboração de educadoras e professores e fundamental o envolvimento das suas famílias, as crianças apresentaram os seus direitos sob a forma de “estendal”. Assim, a Alameda da Carvalha vestida de outono ficou enriquecida com os “gritos” das crianças do concelho da Sertã inscritos nas peças expostas.

No dia 20, “Dia Nacional do Pijama”, a tenda colocada na Carvalha recebeu em festa as crianças dos JI e do 1º ciclo. Em dois grandes grupos, celebrou-se o dia com a história “Todos de Pijama”, a coreografia “Quero Acreditar”, muita brincadeira e convívio. Crianças, educadoras e professores, todos de pijama, fizeram a festa na celebração dos Direitos da Criança. No final, cada criança entregou a sua partilha, reunida na Casa dos Pijamas, uma iniciativa da IPSS Mundos de Vida. A história foi apresentada pelas professoras bibliotecárias das BE do Agrupamento de Escolas de Sertã e técnicas da Biblioteca Municipal Padre Manuel Antunes, tendo sido orientada uma coreografia pelo grupo de aeróbica do AES. O evento teve o apoio do Curso Profissional Técnico de Multimédia da Escola Secundária da Sertã na sonoplastia e no registo fotográfico do evento.

Os direitos da criança foram também o tema de um painel-debate, realizado no dia 22, na Casa da Cultura da Sertã. Na abertura, João Antunes, aluno do 10º ano da Escola Secundária, trouxe a poesia de Cecília Meireles e foi o porta-voz de crianças e jovens. José Farinha Nunes, Presidente do Município da Sertã, no discurso de abertura, reconheceu que “estamos hoje melhor do que há trinta anos em matéria de direitos das



Grupo do Dia do Pijama.



Mesa da sessão na Casa da Cultura.

crianças”. Todavia, lembrou que “há ainda um longo caminho a percorrer”, pelo que “temos de estar atentos e vigilantes. O risco de pobreza, a violência doméstica, a institucionalização de crianças são alguns dos problemas que ainda subsistem e aos quais urge dar resposta”.

Fátima Gonçalves, da Equipa Regional da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, centrou o seu discurso no “importante papel que as CPCJ” têm desempenhado nos últimos anos, sublinhando que a sua intervenção “não é ação social nem intervenção judicial: é in-

tervenção protetiva dos direitos da criança”.

José Carlos Fernandes, diretor do Agrupamento de Escolas da Sertã, na sua intervenção inicial, enalteceu o papel que a CPCJ tem no contexto escolar, recordou que “muitos dos problemas” são sinalizados pelas escolas, embora “nem sempre a escola tenha capacidade de resposta para todas as situações”. “Daí a importância da CPCJ”.

A presidente da CPCJ da Sertã, Ilda Bicacro, destacou as várias atividades realizadas ao longo da Semana dos Direitos da Criança no concelho da Sertã, enfatizando “o envolvimento



Entrega da partilha.



Oradores do painel-debate.

da comunidade” e a forma como a mensagem foi percecionada por todos. Falou também dos 30 anos da Convenção dos Direitos da Criança, que se assinalam em 2019, e deixou algumas reflexões acerca do tema.

Já no Painel, Margarida Mesquita, do Instituto Superior das Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa, foi a primeira oradora. Centrando a sua intervenção no tema «Ser criança em Portugal», lamentou que, “apesar dos avanços que se têm vindo a registar”, Portugal é “um país que ainda está por cumprir em matéria de direitos da criança”.

Apresentando números estatísticos, Margarida Mesquita exortou para “a necessidade de uma maior conciliação entre o trabalho e a família”, tendo apelado a “novos modelos de parentalidade”.

De seguida, a escritora Celeste Gonçalves apresentou o seu olhar sobre os direitos da criança, mostrando o seu descontentamento por aquilo que classifica de “invisibilidade das crianças”. “As crianças estão hoje mais invisíveis. Temos de olhar para elas, escutá-las, compreendê-las”. Para Celeste Gonçalves, “a Convenção dos Direitos das Crianças tem de ser cumprida”.

A exploração e o abuso sexual de crianças foram os temas trazidos pelo Tenente Diogo Vicente, da GNR. Numa apresentação clara, o representante do Destacamento Territorial da GNR da Sertã apresentou alguns números relativos ao abuso sexual de crianças em Portugal, deixou vários conselhos e procedimentos e apelou “à colaboração de todos” na sinalização deste tipo de situações.

O painel de convidados contou igualmente com o Chefe Nacional do Corpo Nacional de Escutas, Ivo Faria, que abordou a importância do movimento escutista para as crianças, apresentando o programa «Escutismo: Movimento Seguro», cujo manual de boas-práticas fornece aos dirigentes e a todos os que desenvolvem a sua missão junto dos escuteiros linhas de atuação de modo a criar um ambiente seguro no espaço onde se desenrolam as atividades escutistas”. Referiu ainda que o manual se enquadra no “contexto jurídico civil e canónico no que se refere à proteção de crianças e jovens e será atualizado sempre que necessário”. Ficou claro que o movimento escutista se constitui como uma resposta de educação não formal de qualidade.

No final da sessão, houve ainda espaço para debater algumas questões apresentadas, tendo ficado o sentimento de que estes momentos de debate são enriquecedores para todos os que têm responsabilidade na promoção dos direitos e na proteção de crianças e jovens: famílias, escolas, instituições, investigadores e decisores políticos.